

OPINIÃO E DEBATE

Igreja e Comunicação

A Campanha da Fraternidade 89 destinou-se a suscitar a reflexão em torno da Comunicação Social, em especial sobre "A Comunicação para a Verdade e a Paz". Sob a inspiração dessa campanha, o Instituto de Artes e Comunicações, o Instituto de Teologia e Ciências Religiosas e a Pastoral Universitária da PUCCAMP reuniram esforços para promover, nos dias 01 e 02 de junho de 1989, o I Fórum de Debates Interdisciplinares da Comunicação, realizado no Salão Paroquial da Basílica de Nossa Senhora do Carmo, em Campinas, SP. Participaram sociólogos, teólogos, religiosos, estudantes e professores do Instituto de Artes e Comunicações e do Instituto de Teologia e Ciências Religiosas, que tiveram a oportunidade de debater o tema central: "Igreja e Comunicação", objetivando aprofundar o exame das relações entre a Igreja e os meios de comunicação social.

O I Fórum de Debates Interdisciplinares da Comunicação foi viabilizado na forma de dois painéis, com os sub-temas "Os discursos proibidos" e "Os discursos alternativos". No primeiro, os painelistas foram os professores Dr. Mauro Wilton de Souza, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e o Dr. João Ribeiro Júnior,

do Instituto de Artes e Comunicações da PUCCAMP. No segundo, apresentaram suas exposições o jornalista Dermi Azevedo, do jornal *Folha de S. Paulo* e da AGEN-Agência Ecumênica de Notícias, e o prof. Pe. Luiz Roberto Benedetti, da Pastoral Universitária da PUCCAMP.

Nesta edição, **Comunicarte** publica na íntegra as considerações de dois painelistas, deixando as outras contribuições para um segundo momento. No texto "Os discursos proibidos", o prof. Dr. João Ribeiro Júnior aborda a questão da liberdade de expressão nas sociedades democráticas e faz um confronto com algumas medidas de natureza limitadora tomadas pela Igreja, em nome da defesa de certos valores e princípios. No documento "Os discursos alternativos", o prof. Pe. Luiz Roberto Benedetti discute em seguida as possibilidades da mensagem religiosa como discurso alternativo a nível da sociedade e da própria Igreja.

Os Discursos Proibidos

João Ribeiro Júnior
(Professor do IAC – PUCAMP)

Discursos Proibidos e Liberdade de Expressão

Quando alguém nos pergunta o que são discursos proibidos, a primeira coisa que nos vem à mente é justamente o seu contrário, a liberdade de expressão. É a partir da liberdade de expressão que definimos os discursos proibidos. Assim, quando falamos em discursos proibidos queremos dizer que não temos liberdade de explorar, liberdade de descobrir, liberdade de coordenar, liberdade de divulgar aquilo que conhecemos, pensamos ou sentimos.

Com esta perspectiva, não existe razão lógica para que a liberdade de expressão não possa constituir um valor em qualquer tipo de sociedade. Mas, de fato, só nas sociedades democráticas atribui-se-lhe um valor positivo, positivamente proibido em muitas sociedades não democráticas.

E qual o motivo disso?

Aqui se define democracia como uma forma de governo onde as normas e diretrizes do comportamento decidem-se, em última análise, por alguma forma de regra da maioria. Desde que os cidadãos são fundamentalmente responsáveis por elaborar ou participar de tais

decisões, devem possuir a informação concernente a estas, inclusive as opiniões dos demais. Onde ser absolutamente essencial a uma sociedade democrática a liberdade de expressão a respeito não só de assuntos políticos, mas de tudo o mais.

Não pode haver sociedade desprovida de um senso de interesse comum, e uma das justificativas do método democrático de elaboração decisória da sociedade, é a de que um indivíduo terá tanto maior sentido de identificação com o interesse comum quanto mais auxiliar a formá-lo. Admite-se também que este não é algo que difira dos interesses dos indivíduos da sociedade, de modo que eles devem ser sempre consultados. Em suma, a determinação do interesse comum (a que Jean-Jacques Rousseau chamaria a "vontade geral") é matéria de debate nacional, donde a necessidade da liberdade de expressão.

As formas não democráticas de governo, naturalmente, não confiam em decisões tomadas pela maioria dos cidadãos. Elas são tomadas por um indivíduo ou por um grupo relativamente pequeno. Enquanto a liberdade de expressão pode

ser um direito para o legislador ou legisladores, sem dúvida não o é para o resto da sociedade. Mesmo que seja tolerada, não é protegida por lei; assim, aquele que a assume o faz com grande risco. Nos casos mais extremos, que se observam em sociedades totalitárias, a liberdade de expressão é positivamente proibida. Com frequência, a justificativa de tal política de restrição da liberdade de expressão é a de que o interesse comum é algo superior aos interesses de cada indivíduo. Em tais casos, o interesse comum deve ser determinado de modo diferente; talvez, na visão ou consciência de um líder todo-poderoso, ou então, na sabedoria coletiva de um partido único, ou nas páginas de um livro sagrado.

Além disso, e o mais importante, o sentido de um interesse comum é inculcado na sociedade pelo fato de não se permitir discussão das decisões dos líderes. O debate de qualquer espécie, solaparia a sociedade. Em suma, considera-se a liberdade de expressão como uma ameaça à sua existência. É então que os discursos proibidos se instalam.

A liberdade de expressão, portanto, não é apenas um valor positivo dentro das sociedades democráticas, mas também essencial. As sociedades democráticas têm grande confiança no consenso e, de modo ideal, tendem a evitar o uso da coerção, mesmo legal, exceto em situações muito sérias. O consenso é o resultado de dar e receber. Onde se destrói a comunicação, o mesmo acontece ao consenso.

A liberdade de expressão, como oposto dos discursos proibidos, é um dos lubrificantes da vasta maquinaria da descoberta e da construção do consenso. A liberdade universitária, neste sentido, é um dos importantes exemplos de liberdade de expressão, proporcionando um fórum não só para se discutir os pensamentos já existentes, sem censura, mas também para pesquisar e descobrir a natureza humana. Enfim, já que o consenso acha-se em contínua construção, assemelhando-se ao crescimento de uma cidade não planejada, preferencialmente a

uma edificação com planta determinada, uma sociedade democrática tem maior aptidão para incorporar o que é novo. Apenas para uma filosofia política que se julga infalivelmente correta poderiam as democracias parecer ineficientes.

Proibir a liberdade de expressão, criando os discursos proibidos, é pretender a infalibilidade de alguém!

A "fala-ideal"

Como se pode falar em discursos proibidos uma vez que a atual Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, omitiu-se quanto à censura?

A Nova Carta não contempla a censura, nem para atualizá-la nem para impedi-la. Se certos atos, a pretexto do exercício do direito de livre expressão do pensamento, podem assumir uma feição até mesmo delituosa, não se vê como esteja o Estado em condições de prevenir e reprimir essa criminalidade. Falta ao Estado a previsão constitucional para o exercício formal da censura.

Isto significa que hoje estamos numa situação de "fala-ideal", como entende Jürgen Habermas, que a caracteriza pela ausência quer de influências externas contingentes, quer de coerções resultantes da própria estrutura da comunicação. A situação de "fala-ideal" (discurso não proibido) exclui a distorção sistemática da comunicação: nela impera exclusivamente a força do melhor argumento, que é caracterizado por uma singular isenção de violência e que dá ao exame metódico de afirmações a oportunidade de intervir com conhecimento do assunto, podendo motivar racionalmente a decisão de questões práticas.

Não havendo censura, pode-se tematizar e criticar, livre e igualmente, toda e qualquer opinião.

Contudo, hoje, apesar dessa estrutura ideal de comunicação livre de censura, ela se encontra sistematicamente mutilada, posto que submetida a

coações, veladas ou não. Especificamente, essa opressão da dimensão comunicativa é efetuada pelo Estado, e em certos casos, pela Igreja, estabelecendo medidas limitadoras, para se acreditar ideologicamente que a organização racional da vida em comum e a sua própria felicidade dependem diretamente da proibição de certos discursos, para a defesa de certos valores da sociedade, que, afinal, sempre acaba a serviço da sustentação política ideológica de grupos dominantes.

Aqui cabe lembrar André Maurois em seu *Sentimento e Costumes*, quando diz: "Aos homens falta sempre o senso de medida: porque a liberdade é um bem, saciam-se dela até a anarquia. Descobrimo, então, que a desordem torna a vida social impossível, apelam para a autoridade. Mas assim como se haviam embriagado de liberdade, embriagam-se de autoridade. O remédio seria parar no ponto morto, mas o impulso é forte e o pêndulo continua a sua oscilação. É o que chamamos história".

As manifestações do pensamento e da opinião são essenciais à existência da sociedade democrática. Elas se apresentam através da imprensa, do livro, do filme, das peças teatrais, dos veículos de comunicação de massa mais importantes, como o rádio e a televisão, e também, pelas reuniões, comícios e debates públicos. Em todas essas formas, o pensamento, a opinião, a expressão livre, se manifestam atingindo público de dimensões variadas, e funcionando, portanto, como componentes da rede de comunicação social. A liberdade que se manifesta pelos meios indicados se exerce no que há de mais característico da vida de relação, e na sociedade organizada, constitui instrumento de controle público da vida e dos atos de administração.

Ora, o exercício de qualquer direito é acompanhado do risco do abuso. O abuso do direito é fato comum na ordem jurídico-social e, diante dele, a sociedade estabelece remédios diversos, prevenindo o seu controle, a sua correção e sua punição. O controle estatal, como forma superior de controle da sociedade, manifesta-se por duas formas

básicas: a preventiva, que tem um aspecto principalmente psicológico, pelo temor às conseqüências legais do abuso; e a repressiva, *post facto*, pela qual se punem os que abusam das liberdades e dos direitos assegurados na ordem jurídica, mediante instrumentos corretivos.

A nova Constituição, a Censura e a Igreja

Contudo, hoje, esse mecanismo de prevenção e repressão aos abusos da liberdade acha-se tolhido pelo artigo 220 da atual Constituição que diz: "A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição". ((Note-se: "não sofrerão qualquer restrição"). Em outros termos: o Estado, ou a Igreja, ou qualquer outra Instituição, não pode ser levado a extremos que permitam, sob o pretexto de se coibir o abuso, o cerceamento da liberdade naquilo que ela tem de fundamental e justo e, principalmente, o exercício da liberdade de expressão, de opinião e de crítica.

Mas, passemos para um caso concreto: um mesmo filme se apresenta como liberado pelo Estado, pois não há mais censura, e proibido pela Igreja. Apesar da diferença entre a censura estatal, que era de caráter proibitivo, dirigido a todos que estão no território nacional (a um público pluralista), afetando a todos sem distinção, — e a proibição eclesiástica, que é muito mais qualificação do que censura propriamente dita, e em assim sendo, não pode impedir a projeção do filme, pois que tem caráter normativo, não preceptivo; neste sentido, a Igreja se acha obrigada, por sua própria lógica e constituição internas, a "proibir" para proteger os fiéis; — apesar dessa diferença, uma e outra ferem a Constituição. E isto porque não há mais censura de espécie alguma.

Cabe aqui uma pergunta: Se os fiéis, por princípio, tem a obrigação de acatar as restrições da Lei Canônica em

matéria de escolha, pela simples razão de ser grave o propósito da lei, ou seja, preservar o dogma e a moral cristãos, será que os não-fiéis estão também enquadrados neste poder de coerção da legislação eclesiástica, que, segundo a Igreja, define e especifica as obrigações já existentes devido à lei moral natural, que alcança a todos, fiéis e não fiéis, uma vez que essa lei requer aceitação de todos para boas relações sociais, para se viver em sociedade?

A Constituição obriga a todos os membros da sociedade, precisamente por ser legislação maior, que tem em vista o bem comum. E é a partir desse bem comum, que ela estabelece a liberdade de pensamento, de criação, de expressão e de informação, sem quaisquer restrições. A Igreja também visa o bem comum, mas ela entende que tem o direito de qualificar, de tornar os discursos proibidos para salvaguardar a fé e a moral. Em sua visão é melhor restringir a liberdade do indivíduo do que permitir a cada um constituir uma lei para si próprio, pois tal processo estabeleceria o caos social. Mas, será que com isso a Igreja não estaria em desacordo com o texto constitucional, proibindo e não proibindo?

Entendo essa situação da seguinte maneira: os programas televisivos, os filmes, as peças teatrais, os livros devem estar sempre a serviço do indivíduo, considerado esse em todas as suas dimensões, incluindo seu tríplice desejo natural à *verdade* (aquilo que não se pode modificar), ao *bem* (aquilo que é agradável, útil, o que se aprova, o que se aprecia, em que se reconhece um valor objetivo) e à *beleza* (aquilo que agrada universalmente e sem pré-conceitos, como representação sensível perfeita, sem defeitos). Deste modo, os meios de comunicação social devem ser qualificados como positivos, quando ajudam ao indivíduo, e negativos, quando em vez de ajudar, tornam-se empecilhos para seu desenvolvi-

mento. Deste ponto de vista, o abuso da liberdade de expressão, de criação, etc., poderia causar um grave dano ao indivíduo e à sociedade, mas não porque existe uma coerção social, política, econômica ou religiosa, senão porque vai de encontro ao próprio direito natural do indivíduo à verdade, ao bem e à beleza. Essa qualificação é estritamente pessoal, não depende de imposições exteriores de quaisquer instituições. E isto está consagrado em nossa Lei Maior.

Neste ponto, isto é, no limite ante o qual deve estacar a interferência do Estado e/ou da Igreja, reside, obviamente, toda a complexidade do problema dos discursos proibidos.

Para concluir

Em decorrência da vida coletiva, nenhuma liberdade pode ser ilimitada. Todo direito, por mais elementar que seja, sofre restrições em benefício da coletividade. Encontrar o justo limite destas restrições constitui questão extremamente delicada; impedir que este limite, uma vez fixado, seja ultrapassado, é tarefa das mais difíceis em sociedades complexas e pluralistas, como a nossa.

Talvez, deveríamos aplicar a fórmula da Declaração Francesa de 1789, atraente por sua simplicidade: "A liberdade" — diz-se no art. 4º — "consiste em poder fazer tudo aquilo que não prejudique outrem; assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão os que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos."

Ultrapassada a faixa dos princípios gerais, das regras meramente programáticas, a simplicidade desaparece, e os discursos tornam-se proibidos. E então, a inteligência se petrifica no estreito círculo da intolerância.

Os Discursos Alternativos

Pe. Luiz Roberto Benedetti
(Pastoral Universitária – PUCCAMP)

Não vou falar muito do discurso alternativo. Eu vou colocar algumas premissas teóricas, levantar alguns problemas que possibilitem responder à seguinte pergunta: É possível um discurso alternativo a nível de sociedade, e de forma mais específica, a nível de Igreja? Mas, esta mesma pergunta é até certo ponto mais abrangente: A própria mensagem religiosa pode ser um discurso alternativo? São problemas que estão implícitos em tudo o que eu vou falar, tomando alguma coisa da situação histórica do país e alguma coisa da Teoria da Comunicação. Vou tentar trabalhar mais no campo teórico.

Olhando a sociedade brasileira, nós vemos que a mudança decisiva, mais marcante, ocorre nos anos 70, com aquilo que nós podemos chamar de modernização do capitalismo brasileiro. A sociedade brasileira passa paulatinamente nos anos 60 e nos anos 70, de forma mais segura, mais pertinente, a ser uma sociedade de massas. O que importa a gente ter presente é que esta modernização do capitalismo coloca o discurso da Igreja em questão; coloca em questão o papel ideológico desempenhado pela Igreja no interior da sociedade civil. A sua experiência com as massas urbanas é praticamente nula, a Igreja pouco trabalhou ou raramente trabalhou com o

problema urbano. Por isso mesmo, a visão tradicional da Igreja é que o mundo urbano desestrutura, que o mundo urbano é nefasto, porque coloca todos os valores em questão. Essa modernização do capitalismo nos anos 60 obriga a Igreja a repensar a sua forma e os modelos de atuação junto à sociedade.

De um lado, a Igreja perde a capacidade de organizar a vida coletiva, é um primeiro dado. Viver na sociedade de massa, na sociedade urbana, para uma instituição que sempre mexeu no mundo rural e no mundo da cidade pequena, é algo complicado.

Mas há um segundo dado. Ela enfrenta um competidor ideológico muito mais forte, muito mais organizado, que é a indústria cultural. Portanto, temos estes dois pólos: uma incapacidade estrutural de trabalhar o problema urbano e enfrentar, no próprio terreno que ela pisava, um adversário que é a indústria cultural.

Aos anos 70 literalmente transformam o Brasil num mercado e transformam a comunicação. Estruturam o próprio sistema de comunicação como um mercado industrial, no sentido de que produz bens culturais. Nesse sentido, é significativo o crescimento, por exemplo, da Rede Globo, a primeira no Brasil,

a quarta no **ranking** mundial. E há a Editora Abril. Isso só para citar duas indústrias de comunicação, duas indústrias que produzem bens culturais.

Essas indústrias vão definir os padrões éticos de convivência social, exatamente o terreno em que a Igreja emite a sua mensagem, no terreno em que ela fala e é ouvida. Por outro lado, há uma lógica industrial que estrutura a produção cultural. Ela obedece à mesma lógica de qualquer outro produto industrial. A cultura não é um produto distinto dos outros produtos, enquanto inserida numa indústria cultural. De outro lado, existe um problema ligado à própria lógica interna da Igreja Católica. Se tomarmos a concepção de Gramsci de sociedade civil — ele entende por sociedade civil todos os organismos privados que difundem a cultura — a Igreja enquanto uma sociedade civil dentro de uma sociedade civil, na expressão dele, há uma série de problemas que devem ser levantados quando se pensa na possibilidade de um discurso alternativo, de um discurso senão de contestação, pelo menos de diferença com relação ao discurso da indústria cultural.

Vamos por etapas. Primeiro: a definição do conteúdo da mensagem, o que vai ser dito, está fora das mãos dos grupos religiosos. O primeiro problema que isso levanta é que os meios de comunicação de massa sempre foram utilizados como meios de evangelização e de conversão a nível bastante rudimentar. Sempre foram utilizados, sobretudo o rádio, mas o foram (e são) sobretudo por grupos pentecostais. No caso da Igreja Católica, há o exemplo mais típico da Rádio Aparecida. Existe um estudo empírico muito bem feito sobre a Rádio Aparecida que mostra como há certas contradições estruturais que dificultam para a Igreja a missão de uma mensagem alternativa.

De um lado, para que a Igreja (usando a mídia) seja ouvida — exemplificando com o caso da Rádio Aparecida — ela tem que manter um discurso mais tradicional, ela tem que manter o discurso que sempre falou, ou seja, ela

tem que se pôr contra qualquer modernização da sociedade. A Rádio Aparecida mostra isso muito claro. A própria CNBB, nesta pesquisa da Rádio Aparecida, aparece com boletins, com notícias, mas ela não é, na sua postura pastoral, o enfoque que a Rádio Aparecida privilegia na sua atuação como meio de comunicação de massa. Quer dizer, a CNBB é uma notícia na Rádio Aparecida, não é o elemento coagulante do seu sistema de comunicação. O que a sua programação visa é manter a clientela tradicional, ela visa manter a devoção a Nossa Senhora e visa sobretudo manter as peregrinações. O programa mais ouvido é exatamente o programa que é voltado para a divulgação das peregrinações, onde são entrevistados peregrinos, onde eles mandam mensagens, falam da alegria de estar lá. Os peregrinos são quase todos migrantes, ou mesmo gente do meio rural e são pessoas ou grupos religiosos que praticam aquilo que nós chamamos o catolicismo rural brasileiro, o catolicismo das devoções.

Neste sentido, o que ocorre? A Rádio pode até ser moderna, mas ela se insere, ela é reinterpretada num quadro totalmente tradicional. O que eu quero dizer é que a Rádio Aparecida é uma extensão do Santuário, é uma extensão de Nossa Senhora Aparecida. Se a gente quiser usar a Teoria da Comunicação do McLuhan, que diz que a roda é a extensão do pé, a gente pode dizer que a Rádio Aparecida é a extensão da imagem de Nossa Senhora. O meio de comunicação, moderno, é tradicionalizado, é posto como extensão do tradicional, portanto difunde e dá força ao tradicional.

Nesse sentido, a própria Rádio Aparecida é menos técnica e muito mais mágica, ou seja, os peregrinos falam e ouvem com muita reverência sobre os milagres de Nossa Senhora, os milagres que esperam obter e tudo isso faz com que a Rádio Aparecida acabe sendo mais um instrumento mágico do que um instrumento técnico. Com isso quero dizer que há uma certa contradição entre a modernidade do meio e a sua, digamos assim, transformação num instrumento

dos mais tradicionais. Ele se transforma, mesmo culturalmente, numa extensão técnica do tradicional.

Isso de um lado. De outro, a Igreja tem uma vocação universal. A sua vocação específica não é ficar presa a grupos. Por definição sociológica, a Igreja se abre a todos os grupos, a todas as classes, ela tem que falar para toda a nação, ela tem que falar para toda humanidade. Ora, o que acontece? É que ela tem que emitir um discurso que atinja os setores mais modernos, ela não pode ficar presa ao tradicional. Por isso ela precisa redefinir a sua linguagem e precisa, fazendo isso, competir com a indústria cultural. Isso quer dizer que quem vai definir as regras do jogo que orientam o campo da produção de idéias, valores, comportamentos é um campo estranho à vida religiosa católica.

Estou apenas pondo o problema, embora eu não esteja totalmente de acordo com essa maneira de o colocar. Eu vou fazer uma crítica disso daqui a pouco. Eu não acho que a Igreja deva competir com a indústria cultural, porque a própria indústria cultural tem uma série de limites e é dentro desses limites, dessas limitações, que a Igreja — não só a Igreja, todos aqueles que estiverem interessados numa programação alternativa — devem se colocar.

Bem, aqui começa um problema. Deve a Igreja realmente disputar com a indústria cultural? Primeiro: o ato religioso tem uma realidade muito específica, muito própria e mais especificamente ainda dentro da Igreja Católica. Por quê? Porque para a Igreja Católica o ritual religioso não é uma metáfora, o ritual religioso não é um símbolo, é uma realidade. Traduzí-lo para a linguagem televisiva significa transformá-lo num bem cultural como qualquer outro. Se vocês quiserem, significa transformar o ritual religioso numa mercadoria como qualquer outra.

Claro, há uma diferença muito grande que deve ser preservada entre a

indústria cultural e a Igreja. Pode-se falar de uma mercantilização da religião, pode-se falar que os próprios cultos pentecostais de periferia, as casas de cura divina (que parecem uma coisa assim tão espontânea, tão efervescente, tão imune a qualquer modernidade) obedecem a uma lógica de mercado. Há uma pesquisa que mostra isso muito claramente, mostra como toda uma estratégia de marketing governa a ação do pastor e de todos aqueles que o acompanham¹.

Por mais que se fale disso, porém, é indevido aproximar Igreja (ou religião) e mercado, por mais evidente que possa parecer essa presença de técnicos de mercado na difusão de bens religiosos. É claro que as categorias da economia — e que governam a indústria cultural — são diferentes das categorias das religiões, das Igrejas, de um modo geral. Agora, não se pode negar que o mundo urbano é um mundo da concorrência entre visões de mundo diferentes, cada agência tentando impor sua visão de mundo. Só que assimilar a Igreja, os credos, às empresas da indústria cultural, é fazer uma passagem demasiadamente forçada. Primeiro, porque as empresas da indústria cultural não visam à cultura, elas fazem da cultura um bem que se vende para se obter lucro, ou seja, os bens culturais são produzidos, são difundidos, são vendidos, dentro dos princípios que orientam qualquer empresa. E o princípio que orienta qualquer empresa é o lucro; o bem simbólico não se distingue de qualquer outro bem. Quando eu planejo uma novela de televisão ou qualquer outro programa, eu penso sempre em termos do retorno que ele pode dar, em termos de audiência, porque neles eu posso medir quanto posso obter com os produtos que serão anunciados; esse é o único critério.

O que as empresas religiosas querem não é o lucro, pelo contrário. As empresas religiosas, os grupos religiosos, as Igrejas, podem até perder muito dinheiro, desde que elas tenham mais fiéis, desde que aumente o número de adeptos, ou seja, o propósito é outro.

(1) Cfr. Douglas Teixeira Monteiro, Igrejas, Seitas e Agências — Aspectos de uma ecumenismo popular *Deogenes*, 2, 1982 UnB, p. 5-26.

De uma forma ou de outra, a gente tem que fazer uma série de perguntas e eu vou agora sistematizar um pouco essas perguntas. Primeiro: a Igreja deve ser uma concorrente da indústria cultural? Tem que encarar isso como uma meta? Segundo lugar: ela deve utilizar a indústria cultural para manter ou para angariar adeptos? Ou cabe à Igreja ser uma comunicação, ser um discurso alternativo independente da cor política, se é que é possível isso?

Vou tentar discutir as várias possibilidades que se abrem. Uma delas é a seguinte: É possível um discurso alternativo dentro da própria Igreja? Quer dizer, a Igreja tem peculiaridades, ela tem um controle muito rígido sobre a mensagem que ela emite nas várias instâncias de emissão. Esse é um problema, um complicador a mais, que não pode ser esquecido. Em primeiro lugar, aqui a gente daria de frente com um descompasso. Quer dizer, você tem uma modernização da sociedade, você tem a indústria cultural respondendo a esta modernização e você tem uma Igreja que tem muita dificuldade em entender os novos padrões de convivência urbana; mais especificamente, todo este novo *ethos* ligado à sexualidade, ligado ao matrimônio (exatamente as áreas em que a Igreja se julga guardiã dos valores morais, dos valores éticos). As Igrejas não têm medo de recorrer até à censura, de exigí-la para preservar aquilo que elas julgam ser o seu campo de atuação.

Há uma pergunta: é se o novo padrão de vida, o novo modo de ver o mundo, difundido pela televisão, se ele muda realmente as consciências. É uma questão a ser discutida até que ponto a visão religiosa de mundo não é reafirmada quando novos padrões são impostos. Eu posso me fechar mais ainda no meu universo. Eu assisto a novela, eu vejo o divórcio, troca de casais, acho que está tudo bem. Mas eu não faço nada disso; pelo contrário, eu reafirmo meus valores religiosos. Não se pode dizer que a televisão passa como um trator; ela pode ter o efeito contrário.

A nível de Igreja "de esquerda", o que ela privilegia? A Igreja de esquerda privilegia o grupo; a forma fundamental de comunicação alternativa é a organização grupal como espaço crítico.

Como pensar tudo isso? Vamos pegar um pouco de Teoria da Comunicação. Uma posição bem radical na Teoria da Comunicação é a de um teórico canadense, que é o McLuhan. Ele diz o seguinte: A indústria cultural, a informação, a indústria da comunicação, não é um instrumento para produzir bens econômicos, mas ela é o principal dos bens. Ele quer dizer com isso que a questão do poder hoje não passa tanto ou só pelo controle dos meios de produção. Você pode ter Forças Armadas, você pode ter todo o empresariado a seu lado, se você não tiver o controle dos meios de comunicação ou da produção da comunicação você não terá condições de manter o poder. Ele diz que os meios de comunicação, a nível mundial, produziram a "aldeia global". Quer dizer, hoje você revive em escala mundial aquilo que era a população isolada do resto do mundo. Hoje, o mundo é uma imensa aldeia. E, diz ele, produz um proletariado novo, novo porque é um proletariado onde também patrões são proletários, nessa nova forma de organização da sociedade. Por quê? Porque, diz ele, mesmo que os meios de comunicação passassem para as mãos do povo, a situação continuaria a mesma, porque todos se sujeitariam do mesmo modo. Na realidade, o raciocínio dele obedece a seguinte lógica: os meios dão o que a sociedade quer, o que os segmentos sociais querem, o que as várias classes sociais querem; enfim, o que o público quer. O público se satisfaz, porque a televisão, o rádio, os sistemas de comunicação dão o que ele quer e há, portanto, uma espécie de homogeneidade perversa. Porque a comunicação dá o que se quer, aquele que comunica se satisfaz porque tem retorno, e aquele que ouve também se satisfaz. É aquele que emite a mensagem, também já está condicionado por uma série de fatores que ele não consegue controlar. Ele dá o exemplo de um jornalista: quando alguém deve escrever diariamente um número "x" de notícias

em um espaço determinado, dirigidas a um público de gosto, classe social e instrução diferentes, em todo o território nacional, a liberdade de quem escreve já terminou. O conteúdo da mensagem não depende mais do autor, mas da determinação técnica e da determinação sociológica do *mídia*. Quer dizer, quem escreve já tem espaço delimitado e já tem um público para quem escreve. Ele não escreve o que ele quer, escreve o que ele pode, ele escreve o que permitam que o faça.

Ora, paradoxalmente, a interpretação de McLuhan, que é um pouco "de direita" (sem precisar o termo), e a da Escola de Frankfurt (uma interpretação "de esquerda"), os dois concordam nessa apreciação. Os "discursos alternativos" aparecem como impossíveis para McLuhan e para a Escola de Frankfurt. Por quê? Porque para os dois o grande problema é que os meios de comunicação não veiculam ideologias, eles são ideologia, eles são por si uma ideologia. Eles dizem, em síntese: o indivíduo é bombardeado de todos os lados por toda sorte de meios de comunicação que lhe vêm de vários canais ao mesmo tempo. O conteúdo passa a um segundo plano; o que importa é que esse bombardeamento continuado de mensagens diferentes, por meios diferentes, atingindo todos os sentidos ao mesmo tempo, faz com que o indivíduo passe a um estado de passividade narcótica, ou seja, ele simplesmente nivela tudo que recebe e se sente incapaz de reagir a este conjunto de informações; e isso é ideologia. Quer dizer, a construção do *mídia* como *mídia*, os próprios meios de comunicação como conjunto são ideologia, não produzem ideologia. Nesse sentido, quando triunfam os meios de comunicação, o homem morre. Esta é a postura da Escola de Frankfurt, dizendo que nós não temos saída, porque nós estamos num mundo que é pura ideologia.

McLuhan diz o mesmo, mas diz o mesmo fazendo uma avaliação muito positiva. Ele diz o seguinte: Não morre o homem, morre um tipo de homem. Morre o *homem de Gutenberg*, o homem da imprensa escrita, mas nasce um novo ho-

mem, um homem marcado por uma nova forma de percepção do real. Quer dizer, a grande vantagem dos meios de comunicação, para McLuhan, é que eles criam um homem que percebe o mundo de uma outra forma, que interpreta o mundo de uma outra forma. Se você tinha a tradição oral, depois a linguagem escrita, hoje você tem — chamemos assim — a linguagem sensorial total, onde você percebe o mundo como uma imensa mensagem que o atinge por inteiro.

Bom, diante disto como pensar o discurso alternativo? De um lado, a gente continua um pouco ingênuo, um pouco simplista. É aceitar que a mensagem pode tudo, que é possível mudar a consciência. Se o anúncio for um pouco mais honesto, se as transmissões televisivas tiverem um pouco mais de cuidado com a verdade dos fatos, se a notícia na coluna do jornal for um pouco mais exata, é possível, dizem, mudar as consciências.

Há os que dizem não, e aí vai tanto a Escola de Frankfurt como McLuhan. O meio é a mensagem, quer dizer, não há uma mensagem específica, não há produção de uma mensagem específica, tudo fala ao homem ao mesmo tempo e ele é impotente e incapaz de reagir a isso.

Assim, onde é que está o discurso alternativo? Onde é que fica o discurso de resistência, onde é que fica o discurso de contestação? Bom, ele não tem nenhuma possibilidade de existir, se a gente pensar assim.

Mas acontece que a sociedade é contraditória, a sociedade é conflito de interesses, e por mais que a gente batalhe pelo nivelamento e pela homogeneização, a mensagem sempre cai num terreno contraditório, ela sempre será interpretada de formas diferentes. Ao contrário do que a gente pensa, o que ocorre não é a invariabilidade das interpretações, é a variabilidade das interpretações. As mensagens partem de uma fonte que sabe o que quer, mas que não consegue controlar totalmente o campo onde esta mensagem vai cair. Este campo é o campo das contradições sociais.

O problema maior de quando se pensa o discurso alternativo, de quando se pensa o discurso contestador, é que tanto teólogos — no nosso campo — quanto cientistas sociais, quanto políticos, quanto educadores, pensam em modificar ou agir apenas num elo da cadeia. Se a gente pegar a cadeia que começa pelo emissor, envia um sinal através de um canal que leva até o receptor; o receptor ao receber este sinal o transforma numa mensagem. A tendência sempre é a de agir sobre o canal, o canal-emissor. A gente pensa que mudando de dono a Rede Globo, por exemplo, vai controlar a mensagem. Não é por aí, que a gente tem que agir. Para elaborar um possível discurso de resistência é preciso agir a nível do código, ou seja, a gente tem que imaginar — a palavra é essa mesma, imaginar — sistemas de comunicação complementares, que possibilitem atingir grupos humanos isolados. Talvez seja aqui o lugar do discurso alternativo, ou seja, a gente vai ter que dar lugar de novo à Escola, a gente vai ter que dar lugar de novo ao panfleto, vai ter que dar lugar de novo ao jornal alternativo e até — embora possa não se gostar, como eu pessoalmente não gosto — aos **grafitti** nos muros.

Atrás eu disse que nesse aspecto a Igreja da Libertação privilegia o grupo como forma de comunicação legítima. Aqui há um problema: a organização grupal, dentro dessa visão, seria o *locus*, o lugar, o mundo de onde brotariam mensagens alternativas. Os grupos, chamemos assim, conscientes, produziram mensagens que seriam um instrumento de conscientização. O problema é que quando pensamos assim, nós o fazemos da mesma forma que nos anos 60. Nos anos 60, todo projeto cultural se definia em termos de luta política. Vocês olham música, teatro, cinema dos anos 60 é uma produção cultural de conteúdo eminentemente político, eu diria quase que puramente político, ou seja, interessava a produção cultural como meio para a política. Quer dizer, a expressão cultural enquanto expressão cultural ficava no segundo plano, ela era apenas um instrumento de consciência política.

Ocorre hoje uma mudança. O professor Ralph Della Cava vê uma mudança sob esse aspecto: o artista hoje não se preocupa com a política, ele se preocupa em ser competente no seu trabalho. Ele acha que a política já foi substituída pela competência. Penso que isso é questionável. Ele vê a Igreja Católica num beco sem saída porque ainda está na Idade da Pedra com relação à Rede Globo. Como é que ela vai sair disso? Mas, ele foi bastante contestado, quando apresentou uma comunicação em Campos do Jordão. Foi contestado porque se disse a ele: A força da Igreja nunca residiu na televisão, a força das religiões nunca residiu numa transformação continuada dos meios de difundir a mensagem. Pelo contrário, consistiu sempre nos meios mais toscos, se a gente quiser pensar em termos técnicos, mas eficazes por levarem à reflexão. Uma comunidade de base, por exemplo, faz muito mais pelo Brasil do que a Rede Globo e se a Igreja competir com a Rede Globo, ela vai perder até o pouco que ela tem, a nível de criar uma consciência crítica. Eu acho que a questão passa por aí também.

Segundo lugar: é preciso desmistificar — eu já falei disso mas vou reafirmar agora — a gente precisa desmistificar a onipotência da mensagem televisiva. A mensagem televisiva é "auto-destrutiva", ou seja, a força da mensagem televisiva vem do caráter efêmero, do caráter passageiro da sua forma de se transmitir. Ou seja, ela nunca leva à reflexão, ela só é eficaz se nós quisermos, porque ela é passageira, porque ela se auto-destrói. No momento seguinte, ela já foi esquecida. Ela exige para ser aceita que o indivíduo não pense, então ela sofre, no meu ponto de vista, de uma contradição interna. E a contradição interna está exatamente nisso: ela convence pela redundância. Claro, ela se transforma num instrumento de verdade, isso é trágico, é como o sujeito que vê o por-do-sol, que é muito bonito, é uma coisa linda de morrer, e diz: Meu Deus, que coisa linda, parece uma fotografia! Quer dizer, é sério isso, a televisão passa a ser critério de verdade, é verdade porque a televisão falou. Mas a

mensagem não se fixa por muito tempo, porque exatamente não leva o homem a pensar; pelo contrário, só é eficaz na medida em que deixa de lado o pensamento.

Em segundo lugar, retomando McLuhan, é importante um fato para o discurso alternativo: quanto mais sentidos são atingidos, menos eficaz é a mensagem. Nun certo sentido, a televisão atinge todos: ouvidos, olhos, tato, e tenta, o paladar. Então, a mensagem se esgota em si mesma, ela não é introjetada através de uma reflexão, por mínima que seja. Aqui é que a gente vai colocar a questão do discurso alternativo. Por quê? Porque a capacidade de suscitar reflexão caminha em sentido inverso à técnica. Quanto mais técnica no campo da comunicação, menos reflexão. Assim, é importante aquilo que Umberto Eco propõe: é preciso fazer uma guerrilha semiológica. Ele diz isso falando que é preciso recuperar, frente à onipotência que se crê seja real dos meios de comunicação, recuperar a guerrilha.

O que é guerrilha? Vamos pegar o exemplo de um filme (acredito que muita gente aqui assistiu) de Miguel Litlin — "Actas de Marusia": é uma história sobre uma greve nas minas de salitre no Chile, mas é muito bonito o filme porque um dos seus pontos fundamentais é que toda resistência se organiza a partir da boca falando para um ouvido. São as mulheres do povoado que vão falando uma para outra. É bonito porque num certo sentido todo o contexto social capta uma mesma mensagem no boca-a-ouvido. Quer dizer, é preciso recuperar este tipo de guerra de guerrilha. Este é o espaço do discurso alternativo.

É pouco isso? É claro que é pouco. É pouco, mas a gente tem que levar em conta aquilo que eu falei há pouco, agora um pouco mais sistematizado. A sociedade é uma realidade dialética, ou seja, quanto mais a cultura oficial se impõe, tanto mais se aguça a curiosidade pelo discurso alternativo. É até um dado da psicologia e um dado da realidade social. Quando você é bombar-

deado por uma mensagem produzida, padronizada, niveladora, o alternativo tem chance de chamar mais atenção.

Segundo lugar: aqui, porém, há complicações. Como eu dizia, Gramsci diz que a Igreja é uma sociedade civil dentro da sociedade civil, ou seja, dentro desse conjunto de aparelhos privados de produção da ideologia, a Igreja tem seus próprios aparelhos de produção de ideologia e sabe utilizá-los bem. Enquanto produtora de ideologia, a Igreja utilizou muito bem contra ela a sua comunicação. Isso a gente tem que reconhecer.

Mas hoje o que ocorre é que a Igreja retoma cada vez mais em suas mãos a produção e o controle de uma cultura católica oficial. Todas as intervenções do Vaticano — é meu ponto de vista — visam uma única coisa: controlar os teólogos, controlar a produção de pensamento, a produção de uma cultura.

Quais são as chances de um discurso alternativo dentro da Igreja? Paradoxalmente — quem está dentro da Igreja vê que não é tão paradoxal assim — num certo sentido a Igreja se associa àqueles que destroem sua mensagem. É o caso, por exemplo, do Padre Terra, Bispo em Recife, utilizar o jornal *O Estado de S. Paulo* para servir a própria Igreja. Quer dizer, *O Estado de S. Paulo* está pouco ligando, ele quer ser o porta-voz da classe dominante, se a Igreja é destruída ou não, ele está pouco ligando, mas ele sabe utilizar a Igreja e a Igreja sabe utilizar seu serviço. Não é a religião que interessa a ele, é a política. Quando ele dá cobertura ao bispo, ele destrói a religião "por dentro" no sentido de que quer fazer apenas política. O próprio Cardeal do Rio, que critica as novelas da Globo, tem missa, tem uma hora gratuita todo domingo na Rede Globo.

O outro problema que eu quero chamar atenção é o seguinte: Até que ponto — é para discutir — a cultura cató-

lica de esquerda está produzindo seus intelectuais? O que eu quero dizer é que ao invés de se ensinar a refletir, a fazer Teologia, a gente está criando intelectuais que repetem idéias prontas, com uma visão política de caráter imediatista. Por que isto me preocupa? Porque os cristãos, que estão na linha de frente hoje, aqueles que representam uma cultura católica progressista, são os mesmos dos anos 60. A esquerda não está produzindo ninguém, a direita está, através da "Opus

Dei", do "Comunhão e Libertação". Eles estão produzindo gente de valor, gente que sabe o que quer. Este problema é para mim muito sério. O imediatismo político do discurso alternativo, a médio e curto prazo, é suicídio. Eu acho que, neste aspecto, o discurso alternativo passa por inventar formas de comunicação, mas passa também pela competência, e, sobretudo, pela capacidade de "produzir" intelectuais dignos do nome.

Estatização e Televisão

Eduardo de Melo Ferreira
(Professor do IAC – PUCAMP)

Falar de democratização da comunicação de massa é ao mesmo tempo fácil demais e muito complicado. Fácil quando se pensa de maneira simplista ("não há solução", "basta estatizar tudo", "como está, está ótimo" etc). Difícil demais quando se tem interesse em que as coisas mudem mas não se consegue colocar o problema de maneira racional.

Trata-se de pensar aqui fatos atuais e de se levantar hipóteses visando a algumas poucas mudanças no quadro da comunicação televisual no Brasil. Inicialmente **constatamos** que o fluxo de mensagens da telecomunicação é quase que integralmente o produto do trabalho dos profissionais de comunicação — não

há espaço para a amadorismo. Constatamos ainda que praticamente tudo que circula no fluxo televisual é feito por empresas.

Portanto, para se democratizar um pouco a comunicação televisual neste país, a meu ver é necessária a satisfação de pelo menos duas exigências primárias:

— o profissional de comunicação tem que se conscientizar de sua responsabilidade social enquanto membro de uma classe trabalhista;

— a sociedade civil tem que propiciar condições políticas para que se opere uma diluição do poder de decisão dentro de pelo menos uma empresa de televisão de grande porte.

Em outras palavras, um caminho para a democratização do fluxo televisual estaria aberto se a sociedade civil decidisse politicamente no sentido de entregar o poder último de decisão dentro da empresa sobre investimentos e sobre conteúdos aos profissionais da empresa.

Para que a sociedade civil acredite na justeza da decisão de entregar poder ao profissional é preciso que os jornalistas, editores, atores, grafistas, técnicos, sejam capazes de provar que somente eles podem assumir legitimamente o poder nas grandes empresas de comunicação de massa.

Os profissionais podem apresentar uma prova a favor desta hipótese caso eles se mostrem unidos e conscientes enquanto classe, com propostas e exigências exequíveis, de maneira que a sociedade civil perceba concretamente a possibilidade de uma gestão cristalina, pautada por um conteúdo produzido num debate amplo dentro da proposta mais ampla de democratização geral da sociedade.

Assim, estou falando da necessidade de decisões políticas que mexam de alguma forma na estrutura de poder da empresa de comunicação. Estas decisões podem ser baseadas numa concepção do social que assuma que os meios de comunicação de massa têm hoje um papel semelhante ao que, supostamente, tinha a praça pública na antiga Grécia: um lugar onde os cidadãos vão discutir e se informar para poderem participar da gestão do estado.

O problema é que hoje poucas pessoas controlam esta praça, pusem-lhe cercas e o número de pessoas que querem entrar cifra-se aos milhões e milhões. O embate entre os vários setores do social se dá portanto pelos cargos situados na hierarquia organizacional das empresas que produzem e veiculam o fluxo televisual. Se queremos uma sociedade democrática, queremos uma sociedade onde o povo participe das decisões tomadas nas grandes empresas de comunicação. Mas constatamos hoje no Brasil que meia dúzia de famílias e em-

presários (Globo-Marinho, Manchete-Bloch, SBT-Santos, OESP-Mesquita, FSP-Frias, Abril-Cívita, por exemplo) decidem sozinhos sobre os rumos da comunicação no país, algo que atinge cotidianamente mais de 60% da população. Onde, e isto é que estamos considerando o mais grave, decidem a portas fechadas, sem que o público tenha qualquer tipo de acesso direto.

Imaginemos a situação negativa seguinte — numa grande empresa de televisão o dono decide veicular uma programação visando denegrir a imagem de um certo partido político. Para tanto este dono de empresa; discretamente, ordena a seu diretor de programação que operacionalise uma tal programação. Imaginemos ainda que o diretor de programação aceite tal tarefa e aja discretamente. Todo o panorama político, caso isto ocorra, estará tendencialmente influenciado contra este partido. A única via que ele (a vítima) teria para agir no sentido de se proteger contra tal agressão seria o tribunal, a Justiça. Tem que processar, tem que provar má fé, isto leva meses, a justiça brasileira é lenta.

Imaginemos agora a situação positiva seguinte — a grande empresa em questão nunca decide denegrir a imagem de determinado partido porque ela é democraticamente gerida.

Façamos uma hipótese pela transparência pensando na possibilidade de se dividir o capital de uma empresa de televisão em ações que dão direito a voto (ADVs) e ações que dão direito a dividendos (ADDs), como ocorre por exemplo atualmente no jornal francês *Le Monde*.

As ações que dão direito a voto seriam privativas em 70% dos trabalhadores regulares da empresa. Elas dariam a seus detentores o poder de eleger o presidente da empresa (mais ou menos como ocorre hoje nas universidades federais). Trata-se portanto de se entregar o poder executivo da empresa ao trabalhador da empresa. A somatória das ADVs daria direito a 15% dos dividendos, no intuito de se garantir a otimização da produtividade.

As ações que dão direito a dividendo continuariam nas mãos ou da iniciativa privada ou do estado (trata-se de intervenção em empresa já existente), o que faria que não haveria alteração fundamental na propriedade da empresa. A somatória das ADDs daria poder sobre 15% das ADVs, portanto a pelo menos alguns cargos de diretoria. Os detentores das ADDs teriam poder de veto sobre decisões do executivo que engajassem mais de 5% do orçamento anual da empresa.

No caso de certas questões estratégicas as decisões do presidente e da diretoria estariam sujeitas a revisão e veto de um Conselho Político. Este conselho político seria uma espécie de parlamento composto por mais de vinte membros, indicados por setores representativos da sociedade civil (sindicatos, igreja, governo federal, senado, associações de consumidores, por exemplo). O Conselho Político teria principalmente um caráter consultivo, emitindo pareceres sobre questões de ética, sigilo, direito de resposta etc. Além disso o conselho opinaria, automaticamente, sobre qualquer questão envolvendo gastos e investimentos que movimentassem 1% ou mais do orçamento anual da empresa. Sobre estas questões o conselho política teria poder de veto caso sua deliberação tivesse no mínimo dois terços dos votos, ou seja, o conselho teria poder de veto nos casos em que seus membros chegassem a alguma forma de "unanimidade".

Nos casos de conflito entre um parecer favorável a uma decisão D por parte, por exemplo, do Conselho Político, e um parecer contrário a D por parte dos donos a decisão ficaria a cargo do presidente da república.

Retomemos a idéia básica — democratizar a comunicação de massa. Outra justificativa se poderia dar a favor da proposta de a sociedade civil entregar o poder executivo real de algumas empresas enormes de comunicação ao comunicador social. Trata-se do fato concreto que a comunicação de massa hoje não é, e nem será tão logo, um processo interativo (o feedback se dando através

de níveis de audiência, pesquisas de opinião pública etc). Ora temos portanto uma situação de fato em que uns poucos milhares de pessoas produzem bem ou mal informação e diversão baratas para milhões de pessoas. Se este estado de coisas não vai mudar tão logo então é importante lembrar que quem conhece de perto a maior parte dos problemas da comunicação é o editor que está lá no laboratório todo dia editando, é o artista todo dia diante das câmeras, por exemplo. Estas pessoas vivem intensamente os problemas da comunicação e para elas as soluções existem e elas também estão preocupadas com a melhoria do fluxo.

É evidente que todo mundo não pode influir diretamente todo dia na produção das mensagens do fluxo. Neste sentido é preciso atentar para o fato de que o profissional de comunicação é basicamente um assalariado que foi treinado para produzir um produto que responda adequadamente às demandas do social, principalmente via a universidade, que é um lugar onde, nem que seja minimamente, as pessoas aprendem o que é responsabilidade profissional e social.

Além disso é preciso atentar para o fato de que as dimensões do fluxo são exíguas e sua elasticidade não é muito grande. Assim o espaço no fluxo é valioso e denso demais para o amadorismo. Ele é hoje, de fato, ocupado, tecnicamente, pelo profissional de comunicação. Mas a consciência profissional e social do comunicador esbarra corriqueiramente com a ordem vinda do poder executivo da empresa. É simples entender isto — muitas vezes o profissional quer a mensagem perfeita, e muitas vezes o dono quer uma megafazenda na Amazônia...

Vemos portanto que não seria irresponsabilidade política entregar-se o poder último de decisão em certas empresas de comunicação aos comunicadores sociais. Pelo contrário, esta seria uma ação necessariamente democrática precedida de amplo debate e referendada em lei.

